

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° 234/2024-PGJ, DE 19.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados no período de 15 a 17.1.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima; e tornar sem efeito a Portaria nº 6378/2023-PGJ, de 24.11.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 235/2024-PGJ, DE 19.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá no período de 20.1 a 16.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 236/2024-PGJ, DE 19.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá no período de 20.1 a 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 237/2024-PGJ, DE 19.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal (2) da comarca de Corumbá no período de 20.1 a 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 295/2024-PGJ, DE 23.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6445/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado das Procuradorias de Justiça de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL: 98478-2062)
6 (19h01min) a 13.5.2024 (11h59min)	André Antônio Camargo Lorenzoni
13 (19h01min) a 20.5.2024 (11h59min)	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan

- passe a constar:

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL 98478-2062)
6 (19h01min) a 13.5.2024 (11h59min)	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan
13 (19h01min) a 20.5.2024 (11h59min)	André Antônio Camargo Lorenzoni

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 249/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6447/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados referente ao ano de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA (CEL.: 98478-2087)
11 (19h01min) a 18.3.2024 (11h59min)	Luiz Gustavo Camacho Terçariol
18 (19h01min) a 25.3.2024 (11h59min)	Rosalina Cruz Cavagnolli

- passe a constar:

PERÍODO	ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA (CEL.: 98478-2087)
11 (19h01min) a 18.3.2024 (11h59min)	Rosalina Cruz Cavagnolli
18 (19h01min) a 25.3.2024 (11h59min)	Luiz Gustavo Camacho Terçariol

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 284/2024-PGJ, DE 23.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6645/2023-PGJ, de 4.12.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, de forma que, onde consta: “no período de 15 a 24.1.2024”, passe a constar: “no período de 30.1 a 8.2.2024”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 250/2024-PGJ, DE 22.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 251/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto 7 (sete) dias de folga compensatória no período de 22 a 26.1.2024 e nos dias 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 252/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire 1 (um) dia de folga compensatória no dia 19.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2011 a 6.1.2012, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 253/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire 1 (um) dia de folga compensatória no dia 18.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 255/2024-PGJ, DE 22.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 265/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Fátima do Sul no dia 23.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 269/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1346/2023-PGJ, de 27.10.2023, que concedeu férias regulamentares à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, de forma que, onde consta:

QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO
15	22.1 a 5.2.2024

Passe a constar:

QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO
10	29.1 a 7.2.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 274/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 5975/2023-PGJ, de 7.11.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Amílcar Araujo Carneiro Junior 5 (cinco) dias de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 8 a 12.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 270/2024-PGJ, DE 22.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior 5 (cinco) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 8 a 12.1.2024, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 256/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 6 a 10.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 272/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir do dia 18.1.2024, as férias regulamentares da Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima concedidas por meio da Portaria nº e-1431/2023-PGJ, de 13.11.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 257/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 4 (quatro) dias de folga compensatória no período de 6 a 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão dos feriados forenses de 20.12.2016 a 6.1.2017 e 20.12.2019 a 6.1.2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 258/2024-PGJ, DE 22.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 259/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 26.2 a 1º.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 260/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2018, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 271/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça George Cassio Tiosso Abbud a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 22 a 31.1.2024, referente ao período aquisitivo 2023/2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 263/2024-PGJ, DE 22.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 26.2 e 7.10.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas de Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizadas em 2018 e 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 244/2024-PGJ, DE 19.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani 3 (três) dias de folga compensatória no período de 27 a 29.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 262/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 6 e 7.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 261/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 2 e 3.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 280/2024-PGJ, DE 22.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Miranda no dia 30.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 281/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Miranda no dia 6.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6615/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Fernando Jamusse, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 25.1 a 13.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011067-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6617/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 19.2 a 9.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011073-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 282/2024-PGJ, DE 22.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 5 e 6.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 283/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 6043/2023-PGJ, de 9.11.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves férias remanescentes que seriam usufruídas no período de 15 a 19.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 285/2024-PGJ, DE 23.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco 2 (dois) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 290/2024-PGJ, DE 23.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Bonito em 23.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 291/2024-PGJ, DE 23.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Bonito em 24.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 278/2024-PGJ, DE 22.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenadoria do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no período de 8 a 12.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves; e tornar sem efeito a Portaria nº 6367/2023-PGJ, de 24.11.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 279/2024-PGJ, DE 22.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1. 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenação das Atividades de Segurança Institucional no período de 8 a 12.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves; e tornar sem efeito a Portaria nº 6368/2023-PGJ, de 24.11.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 289/2024-PGJ, DE 23.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli 5 (cinco) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024 e de 25 a 27.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 287/2024-PGJ, DE 23.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa 2 (dois) dias de folga compensatória em 22 e 23.4.2024, por sua atuação perante o Tribunal do Júri em regime de mutirão em 2021, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 286/2024-PGJ, DE 23.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa 5 (cinco) dias de folga compensatória de 15 a 19.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão dos feriados forenses de 2021/2022 e 2023/2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 305/2024-PGJ, DE 25.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes aos períodos aquisitivos 2022/2023 e 2023/2024, a serem usufruídos de 15 a 19.7.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6605/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011015-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6603/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 29.1 a 7.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011013-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6602/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011011-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6607/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Moisés Casarotto, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 19.2 a 9.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011029-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6606/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 19.2 a 4.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011016-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6609/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Cristina Beraldo de Andrade, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011050-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6608/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011035-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6613/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 15.1 a 3.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011058-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 293/2024-PGJ, DE 23.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar as seguintes portarias nas partes em que se designou a servidora Rubia Mara Mayume Suetake, de modo que passem a constar conforme o quadro abaixo:

ITEM	PORTARIA	CONTRATO	PGA	FUNÇÃO	SERVIDOR/CARGO
1	2905/2020-PGJ	98/PGJ/2020	09.2022.00012590-4 (Processo PGJ/10/2080/2020)	Fiscal administrativa suplente	Elvys Tomas Bernal, Técnico I
2	3736/2020-PGJ	182-PGJ/2020, 183-PGJ/2020 e 184-PGJ/2020	09.2023.00004612-8 (Processo PGJ/10/2030/2020)	Fiscal administrativa suplente	Elvys Tomas Bernal, Técnico I
3	3889/2020-PGJ	190/PGJ/2020	09.2023.00004467-4 (Processo PGJ/10/1069/2021)	Gestora suplente	Elvys Tomas Bernal, Técnico I
4	1955/2022-PGJ	50/PGJ/2022	09.2022.00003396-2	Fiscal administrativa suplente	Elvys Tomas Bernal, Técnico I

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 294/2024-PGJ, DE 23.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3889/2020-PGJ, de 8.12.2020, na parte que designou servidor do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscal administrativo suplente do Contrato nº 190/PGJ/2022, de forma que, onde consta: “2.1) Suplente – Milton Estevão Corrêa, Chefe da Divisão de Transporte”, passe a constar: “2.1) Suplente – Anderson Pinheiro Mariano, Chefe do Setor de Transporte” (PGA nº 09.2023.00004467-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

PAUTA PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 1º DE FEVEREIRO DE 2024, ÀS 14 HORAS PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

1. Procedimento:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00000416-4

Assunto: Analisar a necessidade de aprimoramento e atualização da Resolução nº 34/2022-PGJ, de 6 de julho de 2022, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que regulamenta a gratificação por serviços prestados como membro de comissão examinadora ou auxiliar em concurso público realizado pela instituição.

2. Assuntos Institucionais:

4.1. Ofício nº 0967/2023/CGMP, de 29.11.2023. O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, encaminha Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias, previstas no Aviso nº 04/CGMP/2023, publicado no DOMP nº 2977, de 15 de setembro de 2023, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de Fátima do Sul, Rio Brilhante, Caarapó, Dourados, Glória de Dourados, Itaporã Nova Alvorada do Sul e Deodápolis, para conhecimento.

4.2. Referendar as Portarias a seguir:

1. Portaria nº 6836/2023-PGJ, de 11.12.2023, que concedeu ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

2. Portaria nº 6827/2023-PGJ, de 11.12.2023, que indeferiu, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994. (PGA nº 09.2023.00012083-5).

3. Portaria nº 6873/2023-PGJ, 11.12.2023, que indeferiu, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, atualmente ocupando o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 18.10.2018 a 17.10.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994. (PGA nº 09.2023.00012586-3).

4. Portaria nº 6621/2023-PGJ, de 4.12.2023, que indeferiu, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994. (PGA nº 09.2023.000 11078-1).

5. Portaria nº 6630/2023-PGJ, de 4.12.2023, que indeferiu, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Alexandre Magro Benites de Lacerda, atualmente ocupando o cargo de Procurador-Geral de Justiça, 20 (vinte) dias de férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 22.1 a 10.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994. (PGA nº 09.2023.00011130-3).

4.3. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda. (PGAs nº 09.2023.00011997-2, nº 09.2023.00011998-3 e nº 09.2023.00013101-0).



SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTARIA Nº 308/2024-PGJ, DE 25.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar públicos, conforme Anexos desta Portaria, os Relatórios de Gestão Fiscal da Procuradoria-Geral de Justiça, e do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, referentes ao terceiro quadrimestre de 2023, nos termos do artigo 48, da alínea “a” do inciso I, e alíneas “a” e “b” do inciso III do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2023

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	JAN/23	FEV/23	MAR/23	ABR/23	MAI/23	JUN/23	JUL/23	AGO/23	SET/23	OUT/23	NOV/23	DEZ/23	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.098.614,32	25.728.857,49	25.866.049,05	26.657.462,31	27.340.136,29	28.623.747,39	27.664.789,23	29.764.903,02	27.355.812,49	27.478.103,94	47.894.089,24	32.651.546,36	352.124.111,13	777.930,50
Pessoal Ativo	20.686.052,44	21.301.035,41	21.442.216,07	22.087.140,83	22.726.095,30	23.892.535,32	23.011.426,79	25.087.169,51	22.738.824,54	22.847.160,11	38.848.419,07	28.107.394,11	292.775.469,50	777.930,50
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.787.681,51	17.756.814,16	17.890.907,46	18.411.093,75	18.949.139,74	19.956.521,32	19.182.294,88	21.250.832,31	18.857.336,33	18.960.935,60	34.962.290,37	20.447.179,83	244.413.027,28	0,00
Obrigações Patronais	2.898.370,93	3.544.221,25	3.551.308,61	3.676.047,08	3.776.955,56	3.936.014,00	3.829.131,91	3.836.337,20	3.881.488,21	3.886.224,51	3.886.128,70	7.660.214,26	48.362.442,22	777.930,50
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.412.561,88	4.427.822,08	4.423.832,98	4.570.321,48	4.614.040,99	4.731.212,07	4.653.362,44	4.677.733,51	4.616.987,95	4.630.943,83	9.045.670,17	4.544.152,25	59.348.641,63	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.184.239,00	3.157.468,49	3.148.544,98	3.293.445,36	3.336.763,87	3.351.094,53	3.354.807,98	3.379.179,05	3.318.433,49	3.332.389,37	6.457.341,57	3.236.686,48	42.550.394,17	0,00
Pensões	1.228.322,88	1.270.353,59	1.275.288,00	1.276.876,12	1.277.277,12	1.380.117,54	1.298.554,46	1.298.554,46	1.298.554,46	1.298.554,46	2.588.328,60	1.307.465,77	16.798.247,46	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.299.781,18	5.218.542,13	5.223.711,45	5.300.356,95	5.414.042,44	6.217.767,59	5.649.056,34	5.577.382,39	5.429.517,22	5.536.457,61	9.818.097,60	5.859.091,14	70.543.804,04	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	887.219,30	790.720,05	799.878,47	730.035,47	800.001,45	1.486.555,52	995.693,90	899.648,88	812.529,27	905.513,78	772.427,43	1.314.938,89	11.195.162,41	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.412.561,88	4.427.822,08	4.423.832,98	4.570.321,48	4.614.040,99	4.731.212,07	4.653.362,44	4.677.733,51	4.616.987,95	4.630.943,83	9.045.670,17	4.544.152,25	59.348.641,63	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	19.798.833,14	20.510.315,36	20.642.337,60	21.357.105,36	21.926.093,85	22.405.979,80	22.015.732,89	24.187.520,63	21.926.295,27	21.941.646,33	38.075.991,64	26.792.455,22	281.580.307,09	777.930,50
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)						VALOR					% SOBRE A RCL AJUSTADA			
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)						19.756.920.699,77					-			
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)						16.457.862,35					-			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)						57.479.977,00								
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)						19.682.982.860,42					-			
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)						282.358.237,59					1,43%			
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)						393.659.657,21					2,00%			
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)						373.976.674,35					1,90%			
FONTE: Sistema SPF - Sistema de Planejamento e Finanças, em 24.01.2024						354.293.691,49					1,80%			

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
2,00%	1,43%							

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 1.2 - TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)

PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)							Percentual	
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20º)								
DTP em 2021 (XII) (%)								
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)								
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)								

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)													
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) ²																			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) ²																			
% DTP (VIII/VII)																			
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)																			

¹ Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.
² Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.
³ Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.

Marco Aurélio de Sá Baptista
Chefe do Deptº. de Contabilidade
Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa
Chefe do Depto. de Auditoria Interna

Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL³
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
3º QUADRIMESTRE DE 2023

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")						RS 1,00			
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹ (f) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f-g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)		(g)		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	24.765.334,89		138.118,23	-	1.102.249,04	23.524.967,62	14.967.352,52	-	8.557.615,10
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	137.180.044,82	0,00	0,00	0,00	76.034,50	137.104.010,32	20.553.321,23	0,00	116.550.689,09
Recursos Vinculados à Previdência Social									
Recursos Vinculados a Fundos	137.032.471,13	-	-	-	76.034,50	136.956.436,63	20.553.321,23	-	116.403.115,40
Recursos de Operações de Crédito									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios									
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais									
Outros Recursos Extraorçamentários									
Outros Recursos Vinculados ²	147.573,69	-	-	-	-	147.573,69	0,00	-	147.573,69
TOTAL (III) = (I + II)	161.945.379,71	0,00	138.118,23	0,00	1.178.283,54	160.628.977,94	35.520.673,75	0,00	125.108.304,19

FONTE: Sistema SPF (Sistema de Planejamento e Finanças), Unidade Responsável PGJ, Data da emissão 24.01.2024
NOTA:
1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.
2. Outros Recursos Vinculados a Convênios
3. Dados consolidados das Unidades Gestoras da Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ e do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do MP - FEADMP.

Marco Aurélio de Sá Baptista
Chefe do Deptº. de Contabilidade
Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa
Chefe do Depto. de Auditoria Interna

Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL¹
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
3º QUADRIMESTRE DE 2023

RGF – ANEXO 6 (LRF, art. 48)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	19.756.920.699,77	
Receita Corrente Líquida Ajustada	19.682.982.860,42	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	282.358.237,59	1,43%
Limite Máximo (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	393.659.657,21	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)	373.976.674,35	1,90%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	354.293.691,49	1,80%
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	35.520.673,75	125.108.304,19

FONTE: Sistema SPF (Sistema de Planejamento e Finanças), Unidade Responsável PGJ, Data da emissão 24.01.2024
1 - Dados consolidados das Unidades Gestoras da Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ e do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do MP - FEADMP.

Marco Aurélio de Sá Baptista
Chefe do Deptº. de Contabilidade
Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa
Chefe do Depto. de Auditoria Interna

Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO CONE SUL.**

Processo nº 09.2023.00012988-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO CONE SUL (FACINAN)** representada por **Lauro Andrey Monteiro De Carvalho**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resolução nº 53/2022-PGJ, de 13 de dezembro de 2022; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; nº 246/2022 e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para estudantes de cursos de nível superior/graduação e/ou superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, e regular as condições do Programa de Residência para aqueles que estejam cursando programas de pós-graduação (MBA, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) oferecidos pela ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO CONE SUL, nas dependências do concedente, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência do Convênio: 25.01.2024 até 25.01.2029.

Data da assinatura: 25 de janeiro de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0005/2024/03PJE/CGR**

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00043062-4 em que constam como investigado Daiane Paula Santana da Silva e vítima Valmir Guarinão, conforme se transcreve: “ conforme se depreende da ocorrência policial registrada, bem como não houve qualquer causa interruptiva da prescrição”.

Campo Grande/MS, 24 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0006/2024/03PJE/CGR**

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00141090-2 em que constam como investigado Alex da Silva Lopes e vítima Michael Paganotti Correia, conforme se transcreve: “a despeito das tentativas de notificação da vítima por mandado de intimação ou via SITRA, estas restaram infrutíferas, demonstrando que o ofendido não possui interesse no prosseguimento do presente feito, haja vista que não manteve atualizados o telefone e o endereço informados por ocasião de sua oitiva em Delegacia de Polícia”.

Campo Grande/MS, 24 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0007/2024/03PJE/CGR

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00170427-9 em que constam como investigado Lecy Da Silva Dos Santos e vítima Laura De Souza Santos, conforme se transcreve: “a despeito das tentativas de notificação da vítima por mandado de intimação ou via SITRA, estas restaram infrutíferas, demonstrando que o ofendido não possui interesse no prosseguimento do presente feito, haja vista que não manteve atualizados o telefone e o endereço informados por ocasião de sua oitiva em Delegacia de Polícia”.

Campo Grande/MS, 24 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0008/2024/03PJE/CGR

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00006442-0 em que constam como investigado Idenilson da Costa Silva e vítima Antonio Aparecido do Nascimento, conforme se transcreve: “a despeito das tentativas de notificação da vítima por mandado de intimação ou via SITRA, estas restaram infrutíferas, demonstrando que o ofendido não possui interesse no prosseguimento do presente feito, haja vista que não manteve atualizados o telefone e o endereço informados por ocasião de sua oitiva em Delegacia de Polícia”.

Campo Grande/MS, 24 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0009/2024/03PJE/CGR**

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00006503-0 em que constam como investigado Cleydson Izac Severino e vítima Leonardo Pires dos Santos, conforme se transcreve: “a despeito das tentativas de notificação da vítima por mandado de intimação ou via SITRA, estas restaram infrutíferas, demonstrando que o ofendido não possui interesse no prosseguimento do presente feito, haja vista que não manteve atualizados o telefone e o endereço informados por ocasião de sua oitiva em Delegacia de Polícia”.

Campo Grande/MS, 24 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EDITAL Nº 0001/2024/01PJ/AMB

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2024.00000898-2, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2024.00000898-2.

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Penitenciária de Amambai - PAM, Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência ao Albergado de Amambai

Assunto: Acompanhar e fiscalizar os estabelecimentos prisionais da Comarca de Amambai, registrando as atividades de inspeção e/ou visitas relativas ao ano de 2024.

Amambai/MS, 24 de janeiro de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES
Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A Promotoria do Juizado Especial Adjunto de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos Autos n. 0000527-61.2022.8.12.0004, em que constam como investigado(a/s) Jair Rodrigo Bitencourt Vieira² e vítima (s) Jean Mottin Costa Rosa, conforme se transcreve:

"Diante do exposto, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente feito".

Finalidade: A cientificação da vítima, Jean Mottin Costa Rosa

Amambai (MS), 24 de janeiro de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

APARECIDA DO TABOADO**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0000796-40.2022.8.12.0024, em que constam como investigado L.E.R⁴, e vítima A.C.S, conforme se transcreve: “Ante o exposto, tendo em vista a insuficiência dos elementos de informação quanto a autoria e materialidade delitivas das infrações penais prescritas nos arts. 147 do Código Penal e 24-A da Lei nº 11.340/06, o Ministério Público requer o arquivamento do presente inquérito policial, por ausência de justa causa à propositura da ação penal”.

25 de janeiro de 2024, Aparecida do Taboado/MS.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

BANDEIRANTES**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos autos nº 0900125-52.2023.8.12.0025, em que constam como investigado(a/s) A APURAR⁶ e vítima(s) Raul Sansanovicz de Moura, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o Ministério Público Estadual, por seu Promotor de Justiça que esta subscreve, nos termos do art. 28 do CPP, promove o arquivamento do expediente policial, por ausência de justa causa mínima para a propositura da ação penal, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal e da Súmula 524 do STF, bem como, nos termos do art. 4º e 5º da Resolução n. 43/2023-PGJ.

Bandeirantes-MS, 25 de janeiro de 2024.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

1 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

2 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



BELA VISTA

EDITAL N° 0003/2024/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000
Telefone: (67) 2020-9322, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 00001314-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Hospital Beneficente São Vicente de Paulo

Assunto: Apurar eventual ocorrência de nepotismo no Hospital São Vicente de Paulo, em Bela Vista/MS

Bela Vista/MS, 24/01/2024

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

DOIS IRMÃOS DO BURITI

EDITAL 0002/2024/PJ/DIB

Autos de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00009936-0

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00009936-0, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Interessados: Conselho Tutelar do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS, Município de Dois Irmãos do Buriti/MS, Centro de Referência Especializado em Assistência Social do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS e Delegacia de Polícia de Dois Irmãos do Buriti/MS.

Assunto: Acompanhar a implementação de Fluxo de Atendimento Integrado e do Protocolo de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes, visando a dinamização da interação entre os atores do sistema de garantia de direitos no âmbito do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS, em atenção à Lei n. 13.431/2017..

Dois Irmãos do Buriti-MS, 23 de janeiro de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL 0003/2024/PJ/DIB

Autos de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00000476-4

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00000476-4, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Procedimento instaurado visando a promoção da cobertura vacinal no âmbito do município de Dois Irmãos do Buriti/MS, notadamente em relação a imunização infantojuvenil, através da exigência de atestado de situação vacinal de todas as crianças e adolescentes no ato da matrícula, junto as instituições de ensino público e particular.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 23 de janeiro de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça em substituição legal



NOVA ANDRADINA

AUTOS Nº: 0900526-75.2023.8.12.0017**NÚMERO DO MP: 08.2023.00117830-2****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Hélio Cavalcante Jaques, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900526-75.2023.8.12.0017, conforme se transcreve: *não havendo justa causa necessária para amparar a imputação, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento das presentes peças, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal*".

Nova Andradina-MS, 24 de janeiro de 2024.

MURILO HAMATI GONÇALVES
Promotor de Justiça

AUTOS Nº: 0900418-46.2023.8.12.0017**NÚMERO DO MP: 08.2023.00107384-3****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima João de Oliveira Filho, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900418-46.2023.8.12.0017, conforme se transcreve: *não havendo o fumus boni juris necessário para amparar a imputação, em razão da ausência de elementos que demonstrem satisfatoriamente a autoria delitiva o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento das presentes peças, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal*".

Nova Andradina-MS, 24 de janeiro de 2024.

MURILO HAMATI GONÇALVES
Promotor de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 001/2024

A Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos de Paranaíba/MS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2023.0000641-4 no Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000641-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba

Assunto: Apurar integral cumprimento da cláusula quarta, 4.1, I, "d", "e", e "f" do Termo de Contratualização n. 1/2022, pela Irmandade Santa Casa de Misericórdia Paranaíba.

Paranaíba, 24 de janeiro de 2024.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça

7 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

8 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

**PONTA PORÃ**

EDITAL Nº 0002/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a retificação do polo passivo do Inquérito Civil nº 06.2019.00000075-2, fazendo nele constar:

Inquérito Civil n. 06.2019.00000075-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Elizeo Gonçalves Barbosa, Eidimar Aquino Barbosa

Ponta Porã/MS, 10 de janeiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0003/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000323-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2024.00000323-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: APAE de Ponta Porã/MS

Assunto: acompanhar as prestações de contas dos valores destinados à entidade durante o ano de 2024 beneficiada por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Acordos Judiciais e Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) firmados por esta Promotoria de Justiça.

Ponta Porã/MS, 15 de janeiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0004/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000635-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2024.00000635-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: acompanhar as medidas tomadas pelo poder público com relação à prática de poluição sonora e violação às normas urbanísticas de postura por parte dos estabelecimentos comerciais denominado Bar do Cachoeira e Bar do Ito localizados no município de Antônio João

Ponta Porã/MS, 22 de janeiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0005/2024/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000636-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000636-2

Requerentes: Ministério Público Estadual e Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial - NUPIER/MPMS

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: acompanhar as medidas adotadas pelo Município de Antônio João acerca da possível violação aos direitos da população indígena da aldeia Naderu Marangatu decorrente da falta de acessibilidade das equipes de saúde da SESAI por conta da má condição das estradas rurais

Ponta Porã/MS, 22 de janeiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

PORTO MURTINHO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Porto Murtinho, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial em trâmite nos autos n. 0000312-74.2022.8.12.0040, em que constam como investigado A Apurar e vítima L.T.D.G, conforme se transcreve: “ante a ausência de provas para a propositura da ação penal”.

Porto Murtinho, 24 de janeiro de 2024

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça em substituição legal

⁹ § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.